

Ensino médio perde R\$ 34 milhões

Transporte escolar, supletivos e programa de melhoria educacional no Centro-Oeste, Norte e Nordeste também sofreram cortes

Lisandra Paraguassú
Da equipe do **Correio**

As universidades federais foram as que mais choraram os cortes feitos no orçamento da educação por conta do ajuste fiscal feito pelo governo. A ferida mais funda, no entanto, não foi no ensino superior. A maior vítima da tesoura foi justamente a área eleita como prioridade no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. O ensino médio — ou 2º grau — sofreu um corte de R\$ 34 milhões (5,81%) nos recursos previstos para 1999, num orçamento já dos menores do Ministério da Educação.

Perda maior que a do 2º grau ficou apenas para os cursos supletivos financiados pelo ministério. São R\$ 11 milhões a menos, ou 44% do que o governo federal pretendia, inicialmente, aplicar a esse tipo de ensino. “O governo foi muito frio e até inconseqüente, porque cortou justamente onde dizia que deveria haver prioridade”, diz o deputado federal Severiano Alves (PDT-BA), da Comissão de Educação da Câmara.

O ensino superior não tem exatamente do que se queixar. É a área com o maior orçamento no ministério — R\$ 4,6 bilhões — e a que teve a menor redução de recursos na segunda versão do orçamento enviado ao Congresso: apenas 2,86% das verbas iniciais — ou R\$ 132,7 milhões.

As universidades perderam também — pelo menos na teoria — os R\$ 441 milhões que o MEC repassa aos Hospitais Universitários (HU) para manutenção. Mas os HU não deverão ficar na miséria. O acordo entre o MEC e o Ministério da Saúde é que os hospitais passarão a ser financiados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O maior corte das universidades é em dinheiro para investir e pagar contas — as chamadas verbas de custeio.

Alguns programas de investimento, como a reforma das instituições e dinheiro para compra de equipamentos e material para pesquisa, perderam, juntos, R\$ 7 milhões. Na parte de custeio, foram-se R\$ 86 milhões. “Nós estamos calculando que, com esse dinheiro, vamos conseguir chegar, no máximo, ao meio do ano”, afirma José Ivonildo do Rêgo, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes).

A redução de recursos atingiu praticamente todos os programas do ministério. Dos 61 projetos em que o orçamento do MEC está dividido, apenas 21 mantiveram os mesmos recursos de antes do ajuste fiscal. Outros dois receberam mais dinheiro que o previsto inicialmente.

Um deles foi o que destina verbas para manutenção e custeio de toda a área administrativa da educação. Foram R\$ 575 milhões a mais.

IGUALDADE

A outra área que recebeu mais dinheiro foi a merenda escolar. Os recursos passaram de R\$ 633 milhões para R\$ 903 milhões. O novo valor representa o que o governo costuma gastar com a alimentação escolar todos os anos, mas nos orçamentos anteriores as verbas previstas eram sempre menores que o necessário. Quando acabavam, antes de chegar o final do ano, o MEC era obrigado a pedir mais dinheiro à equipe econômica. Em 1999, o ministério decidiu garantir já no orçamento, para que não haja risco da Fazenda negar mais no final do ano.

Outros programas não foram tão felizes. Uma das maiores reduções foi feita no projeto de transporte escolar. Quase 70% dos recursos foram retirados. A intenção do MEC era dar dinheiro a prefeituras para compra de ônibus escolares que atendessem às zonas rurais.

Com isso, seria possível trans-

André Corrêa



Marisa, da Comissão de Educação: tentativa de recompor o orçamento

OS CORTES

PROGRAMA	TOTAL DE TESOURADA
Educação da Criança de 0 a 6 anos	R\$ 14,9 milhões (5,32%)
Ensino Fundamental	R\$ 252,3 milhões (3,31%)
Ensino Médio	R\$ 34,1 milhões (5,81%)
Ensino Superior	R\$ 132,7 milhões (2,86%)
Ensino Supletivo	R\$ 11,5 milhões (44,89%)

portar alunos que hoje estudam nas pequenas escolas rurais para colégios maiores, com melhor qualidade de ensino. Os recursos iniciais permitiriam atender cerca de 1000 prefeituras (o projeto prevê R\$ 50 mil para cada município). Com o que sobrou, só será possível que o dinheiro chegue a cerca de 300.

Outro programa que perdeu — e por dois lados — foi o Fundescola, um projeto financiado pelo Banco Mundial responsável pela construção e reforma de escolas, capacitação de professores e programas de qualidade nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No orçamento do MEC, o Fundo teve uma redução de R\$ 34,2 milhões. O principal problema, no entanto, não foi o di-

nhheiro do governo federal, mas o empréstimo concedido pelo Banco Mundial (Bird).

Para a segunda etapa do programa, que começa no ano que vem, o Fundescola teria direito a tomar emprestado R\$ 150 milhões. Recursos que serviriam para ampliar o projeto nas regiões Norte e Centro-oeste. Mas é necessária autorização do Ministério da Fazenda — que deve estar prevista no orçamento — para pegar o dinheiro. No orçamento de 1999, está previsto que o programa pode pegar apenas R\$ 40 milhões. A justificativa da equipe econômica para o corte é a necessidade de evitar o aumento da dívida externa. O resultado da conta é simples: vai faltar dinheiro.